

Ocupação do espaço geográfico: Aumento dos crimes sexuais no Sudoeste do Paraná

DENILSON SUMOCOSKI*

A região Sudoeste do Estado do Paraná tem se apresentado ao longo da história como uma região de grande significância para a compreensão de fronteira, devido ao fato de vários municípios da região fazerem fronteira seca ou apenas com marcos divisórios físicos com a Argentina.

Nosso vizinho e maior encaço do continente apresenta um histórico de varias reivindicações por se sentirem lesados quanto a atual demarcação existente para designar as linhas fronteiriças. Referente ao território, os argentinos acreditarem em uma divisão espacial diferente da atual linha de fronteiras que dividem os dois maiores países sul americanos. Tendo em vista que ambos os países apresentam um histórico de inúmeros conflitos.¹

Um especialista na questão de fronteiras aponta para os problemas de uma fronteira mal demarcada, dando para este problema a existência de duas soluções, ou uma demarcação que não deixe duvida algo claro ou a demarcação física, onde pessoas apareçam como marcos divisórios. Carlos de Meira Mattos², ao contribuir na discussão sobre a formatação das fronteiras, afirma que, a primeira condição para se evitar que a fronteira se transforme em região critica, de confrontos e de choques, é que sua delimitação seja nítida e precisa. Particularmente quando se trata de fronteira terrestre, sua demarcação não deve levantar controvérsias.

Como uma das formas possíveis para solucionar este problema de fronteira com a Argentina já no século XX, o governo federal chefiado por Getúlio Dornelles Vargas promove ao Sudoeste do Estado do Paraná, a chamada “Marcha para Oeste” que

* Mestrando pela UPF- Universidade de Passo Fundo. Trabalho acompanhado pelo orientador prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

¹ Faço referencia a Brasil e Argentina pelo extenso histórico de disputa existente entre estes dois países ao longo da história. Disputa esta que já era travada quando Portugal e Espanha disputavam entre si a extensão territorial da América.

² MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e teoria de fronteiras: Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

segundo Vannini³ o principal objetivo desse movimento era o de ocupar a região de maneira estratégica, pois fazia fronteira com a Argentina.

O Estado brasileiro esteve diretamente ligado ao processo de ocupação da região Sudoeste do Paraná, visto que apresentava enorme interesse nessa questão. Sobre a importância do Estado para interferir nas questões ligadas as fronteiras, Raffestin⁴ em seu estudo destaca que:

As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega á estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontra-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações.

Ao remeter novamente sua análise sobre as questões ligadas a fronteira e o intenso interesse do Estado principalmente após o primeiro governo de Getúlio Vargas, Mattos⁵ analisa que, a vinculação inseparável de Estado e de território, ambos integrados no princípio fundamental de soberania, obriga o Estado a ter definidos no solo, no mar e no ar, os limites de sua área de poder. Daí vem a fronteira, a faixa de contorno do corpo estatal. A preocupação com o Estado na discussão de áreas fronteiriças é também apresentada por Adelar Heinsfeld⁶, as fronteiras estavam diretamente vinculadas ao Estado-nação e deveriam ser fixadas sobre o iminente risco da nacionalidade. Nessa concepção, a sustentabilidade do país alicerçava-se no território e o ponto sensível dessa consciência era a fronteira.

O movimento da *marcha para o Oeste*, sendo este fato histórico responsável pelo deslocamento de imigrantes europeus que haviam recentemente chegado principalmente da Itália ao Rio Grande do Sul ao fim do século XIX e início do século XX. Este projeto de imigração lotou rapidamente o RS, tendo como conseqüência direta a necessidade do projeto de migração interna, sendo estes imigrantes enviados ao Oeste

³VANNINI, Ismael. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11-33.

⁴ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

⁵ MATTOS, 1990, p. 11.

⁶ HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/ Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

de Santa Catarina e ao Sudoeste do Paraná, com a intenção de ocupar a região de fronteira e se estabelecer ocupando as regiões desabitadas, como já característico jargão historiográfico regional usado para qualificar como terras devolutas.⁷

A necessidade de realizar as imigrações também recebe a atenção de Raffestin⁸ ao demonstrar que, as políticas migratórias são de uma extrema importância porque controlam e administram os fluxos no espaço.

Como principal expoente desta corrente historiografia que perpassam a idéia do mito vazio demográfico comentado anteriormente, destaca com maior ênfase, uma das obras realizadas pelo autor para descrever sob sua perspectiva a região Sudoeste no período de sua escrita, Roberto Lobato Corrêa⁹ quando o autor diz que a região Sudoeste do Paraná ao início do século XX tinha apenas 0,5 habitantes por quilometro quadrado. Outro produtor da historiografia local que tem uma descrição semelhante é Wachowicz,¹⁰ quando o estudioso afirma que no início do século XX, o Sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira com a Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico.

Em contra ponto a esta visão do vazio demográfico, da terra de ninguém, terras devolutas, Paulo Lange Protásio¹¹ descreve que havia sim participação humana antes do projeto colonizador oficial, assim o autor demonstra:

Por um lado a presença do indígena é negada, depreciada e minimizada e, por outro, impossível de ser ocultada. É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar sua ex-casa e marcar sua presença incomoda nos alpendres e interstícios donde não o conseguimos desalojar.

Outra leitura que aponta para a orientação da existência de populações tradicionais no Sudoeste paranaense é feita por Amadeu Freitas¹², quando o autor assim

⁷ A expressão terras devolutas segundo a historiografia local faz menção a terras desocupadas, onde não havia habitantes, motivo este da agressiva ocupação da região Sudoeste do Paraná ao início do século XX.

⁸ RAFFESTIN, 1993, p. 88.

⁹ CORRÊA, L. R. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia, ano 32, n.01, p. 88, 1970.

¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

¹¹ PROTÁSIO, Paulo Langer. *Conhecimento e encobrimento: O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira a as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense*. Diálogos, Maringá, v.11, n. 3, p. 71-93, out. 2007.

destaca a questão. O território de Palmas, esse rincão histórico e virgem de povoações jesuítico-castelhanas, pertencesse a Paraná ou a Santa Catarina. A questão apresentada pelo autor está para caracterizar a afirmação sobre a existência de índios e caboclos na região dita “vazia”.

Ao nos remetermos novamente a discussão da área de fronteira é visto que as fronteiras externas para uma nação se mostra ser de suma importância para qualificar o poderio de um país, pois o mostra como definição territorial, aquilo que o pertence, sendo este um dos principais objetivos de qualquer governo.

A discussão de fronteira do Sudoeste paranaense com a Argentina em especial também teve a atenção e discussão dos historiadores Júnior e Zatta¹³ ao dizer que:

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de segurança nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países (Argentina e Paraguai). Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que consideramos tratar-se de fronteira seca, onde os marcos divisórios resumem-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis a invasões em caso de conflito internacional.

Para Tau Golin¹⁴ o caráter aberto e desafiador da fronteira contrasta com a necessidade de precisão do limite, que precisa estar objetivamente demarcado na topografia como artificialidade inserida pelo Estado político. Amadeu Freitas¹⁵ ainda apresenta importante discussão da fronteira ao dizer que, a formação do território nacional brasileiro foi um produto da civilização Ocidental e cristã.

Entretanto acredito que se deve ir bem além da simples demarcação territorial, a ocupação da área fronteira deve ser ocupada com marcos vivos, preocupação clara das forças governamentais para ocupar estas áreas de risco. Esta idéia está ligada ao projeto do Estado brasileiro abrir no início da república a grande política de incentivo a imigração, sendo um dos motivos a ocupação da área de fronteira, incentivo imigratório

¹² FREITAS, Amadeu Fagundes de Oliveira. Geopolítica bandeirante: Parte primeira- Sudoeste brasileiro. Porto Alegre: EMMA, 1975. 2.vol.

¹³ JÚNIOR. L. R. I. Zatta, Ronaldo In: BONAMIGO, Carlos,A. SCHNEIDER, Cláides,R. (Orgs). *Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. 215-236.

¹⁴ GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LP&M, 2002,

¹⁵ FREITAS, 1975, p. 641.

esse que foi interrompido em 1914 pelo motivo do início da 1ª G.M. Nadalin¹⁶ nos explica que, a partir especialmente da década de 1870 desembocando na primeira grande guerra, a face deste colonialismo seria uma verdadeira corrida por territórios. Ainda no que diz respeito a questão de fronteira, Nadalin afirma que o projeto imigratório tinha sim a idéia de proteger as fronteiras. Assim define o autor:

O sustentáculo do discurso oficial residia em algumas diretivas articuladas. Primeiramente, o povoamento e conquista efetiva do território por uma raça nova e prolifera constituídas por **famílias** de colonos, o que era um objetivo não só de natureza política, mas igualmente militar e estratégica: Ocupar, colonizar, significava controlar o país.

Alem do mais, a fronteira serve para afirmar a identidade de uma nação, reafirma a idéia de pertencimento, pois na América em especial no Brasil, o ideário de pertencimento, de posse está intimamente ligado a questão geográfica espacial, ou seja, aquilo que estiver fora do território não nos pertence. Com finalidade de ocupação para saciar e trazer uma solução concreta para este problema do alem fronteira, Carlos Antunes dos Santos¹⁷ também trás sua contribuição no que tange a discussão em ocupar as fronteiras como aspecto de proteção nacional. Assim definido pelo autor, a política oficial de povoamento posta em pratica pelo governo imperial, visava no início, basicamente, a ocupação de áreas fronteiriças e, em plano secundário, solucionar o problema da falta de mão-de-obra.

Em continuidade da discussão sobre a proteção de fronteira, Carlos Antunes dos Santos ainda conclui que, a primeira fase da colonização, estabelecendo colônias e aldeamentos no interior da província, assegurou a preservação da integridade territorial e comunitária. É perceptível então, após a discussão feita pelo autor citado, que um dos propósitos do projeto imigratório do governo do Estado paranaense era de ocupar as áreas no interior do Estado que apresentavam grande risco a segurança nacional.

Não temos a mesma percepção dos países europeus, em especial da Alemanha e França que a idéia de pertencimento está muito alem da questão fronteira, mas tudo aquilo que se identifica como semelhante, como pertencente ao quesito cultural mesmo

¹⁶ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001.

¹⁷ SANTOS, Carlos R. Antunes. *Vida material vida econômica*. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001.

fora da fronteira física, tem a noção de pertencimento. Esta é a nova percepção de fronteiras modernas.

É notório que a compreensão de fronteira existente na América está engajada com a noção de pertencimento, está intimamente ligada a questão da posse da terra. Segundo Ricardo Seitenfus¹⁸ a política territorial brasileira está vinculada aos estudos do geopolítico alemão Friedrich Ratzel ao dizer que *terra é poder*.

Essa discussão se estende desde a divisão da América entre portugueses e espanhóis, que não se entenderam em uma demarcação exata e fixa após o tratado de Madri.

Mesmo após os diversos tratados coloniais assinados entre Portugal e Espanha, as colônias e futuras nações da América do Sul não conseguiram definir claramente suas questões de fronteiras mesmo após o processo de independência de ambos os países. A existência de um problema que ainda se discute muito na região de fronteira, visto a argumentação dos argentinos em acreditar na fala de gerações que foram prejudicados na divisão do marco final das fronteiras. Heinsfeld,¹⁹ especialista na questão de fronteiras, em especial a que envolve os países discutidos no texto, define que:

As fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América foram mais problemática na parte Sul do continente. Mesmo depois da independência, as fronteiras continuaram sendo motivo de discórdias entre os novos países nessa parte da América.

A discussão de fronteira se estende muito além do período colonial de Brasil e Argentina, veremos então como se deu a formação da região da qual atualmente corresponde ao Sudoeste paranaense, a questão populacional, a formação espacial da região assim como se encontra a região atualmente, sendo que ainda é uma área de intensa tensão por estar vizinhando intrinsecamente com a Argentina.

¹⁸ SEITENFUS, Ricardo. *Para uma nova política externa brasileira*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1994, p. 23.

¹⁹ HEINSFELD, 2007, p. 33.

Formação do Sudoeste paranaense.

A formação do Sudoeste paranaense inicialmente é vista pela ótica da disputa realizada entre Brasil e Argentina, na descrição que a historiografia chama de “*Questão de Palmas*”. Movimento histórico este que identificou e transpassou por vários problemas de entendimento entre os dois países, principalmente na intensa discussão em torno da fronteira.

Por toda a tradição de rivalidade já existente entre Portugal e Espanha, esta disputa inevitavelmente foi transferida para as colônias, dessa forma dificultando possibilidades de acertos entre as colônias no que dizia respeito a questão de Palmas. Dessa forma a diplomacia brasileira vai reivindicar o direito da *uti possidetis*, tendo direito ao território em litígio, visto que a ocupação do território em primeiro momento esta creditada aos brasileiros, quem ocupou a região em disputa.

Não é possível afirmar se Brasil ou Argentina realizaram inicialmente a ocupação desta região, como não há indícios passados, a prova mais próxima no quesito cronológico pode ser vista ao inicio do século XIX quando indígenas e criadores de gado luso-brasileiros ocuparam o que atualmente conhecemos pela cidade de Palmas e pouco posterior a ocupação da região da cidade de Clevelândia. Partindo desta premissa é possível entendermos o parecer inicial favorável ao Brasil nesta disputa territorial em relação a Argentina.

Esse processo de acirramento entre as ”potencias” sul americanas se intensifica a partir do período da independência de ambos os países. Após a independência conquistada os argentinos deixam de maneira intencional ou não a discussão de fronteira um pouco de lado, sendo que a discussão só voltaria a tona em 1881, quando a Argentina passa a reivindicar oficialmente o território brasileiro compreendido entre os rios Uruguai, Chapecó, Jangada, Iguaçu, Santo Antonio e Peperi-guaçu, onde está situado o atual Sudoeste paranaense. A questão só é resolvida em 1895, quando o arbitro norte americano dá causa ganha ao Brasil com relação a fronteira com o Sudoeste paranaense.

É importante enfatizar a atuação de Rio Branco, diplomata brasileiro na questão que com externa habilidade convenceu o árbitro a dar ganho de causa para o Brasil. A conquista alcançada pelo Brasil nessa disputa é além de tudo uma estratégia de nível

geográfico, pois caso a decisão fosse favorável a Argentina o território brasileiro estaria com uma *cunha* travada em seu território.

Com o auxílio do governo e a presença da igreja católica na região, estas duas instituições vão tratar rapidamente em colonizar a região Sudoeste do Paraná, para espantar de vez os fantasmas argentinos que sonhavam com a conquista dessa parte de território brasileiro. A colonização oficial se inicia em 1943 com a criação da CANGO²⁰, sendo que em um curto espaço de tempo os principais núcleos urbanos já estavam em formação. Em meados da década de 50 a criação de vários municípios sedes. A partir desses dados é possível perceber a recente formação habitacional tradicional da região; em torno de meio século.

A pesquisa de dissertação ainda está em fase inicial. Dessa forma o trabalho será concentrado com maiores esforços na discussão sobre os crimes sexuais que ocorreram na região entre os anos de 1960-1980. A hipótese já levantada no título desse texto, aponta para a possibilidade que os índices criminais estão estreitamente ligados pela questão de a região ser de fronteira com outro país. Fronteira esta que em alguns pontos não apresentam grandes dificuldades de possíveis fugas caso fosse necessárias.

Este trabalho ainda insipiente está apto a novas sugestões, olhares de profissionais de fora que possa contribuir na construção dessa pesquisa.

Referencias bibliográficas:

CORRÊA, L. R. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia, ano 32, n.01, p. 88, 1970.

FREITAS, Amadeu Fagundes de Oliveira. *Geopolítica bandeirante: Parte primeira-Sudoeste brasileiro*. Porto Alegre: EMMA, 1975. 2.vol.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LP&M, 2002,

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/ Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

²⁰ Colônia Agrícola Nacional General Osório.

HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. Geopolítica e segurança nacional no Sudoeste de Paraná: O pensamento e a presença militar 1920-1960. In: GELLER, Odair, E; VANNINI, Ismael, A. (Orgs). *História: Tempos e espaços de criação*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. p. 11-36.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001.

PROTASIO, Paulo Langer. *Conhecimento e encobrimento: O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense*. Diálogos, Maringá, v.11, n. 3, p. 71-93, out. 2007.

SEITENFUS, Ricardo. *Para uma nova política externa brasileira*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1994, p. 23.

SANTOS, Carlos R. Antunes. *Vida material vida econômica*. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001.

VANNINI, Ismael. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11-33.

JÚNIOR. L. R. I. Zatta, Ronaldo In: BONAMIGO, Carlos, A. SCHNEIDER, Cláides, R. (Orgs). *Revisitando a história: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. 215-236.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.